

# II SIMPÓSIO SOBRE FEMINICÍDIOS:

REFLEXÕES SOBRE INCIDÊNCIAS E (IN)VISIBILIDADES

23 A 25 DE OUTUBRO

CLCH - UEL

## FEMINICÍDIO E INVISIBILIZAÇÃO: O APAGAMENTO DA MEMÓRIA DE MULHERES VITIMADAS EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES<sup>10</sup>

Luan Tofano Elias<sup>11</sup>

luantofano@hotmail.com

Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Espírito Santo (ES), Brasil.

**RESUMO:** O presente trabalho refere-se à análise preliminar dos processos criminais dos assassinatos de mulheres por razões de gênero encontrados na primeira vara criminal do Fórum Horta de Araújo da comarca de Cachoeiro de Itapemirim-ES. A pesquisa tem por objetivo elucidar o modo operante patriarcal do sistema judiciário, que prejudica os trâmites legais dos referidos processos, fabricando propositalmente um apagamento das memórias do crime, contribuindo para a manutenção e potencialização do mesmo. É proposto no trabalho uma análise prévia de quatro casos encontrados durante a pesquisa, a fim de detectar de que formas o sistema, imbuído de valores patriarcais imbuídos historicamente em seu cerne, atua no sentido de cometer um segundo feminicídio à vítima: o apagamento de sua memória por razões de gênero. Além disso, o estudo busca refletir sobre as implicações desse processo de esquecimento na sociedade e como isso reforça a invisibilidade da violência de gênero, perpetuando a impunidade dos agressores.

**Palavras-chave:** feminicídio, invisibilização, esquecimento, gênero, judiciário.

---

<sup>10</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

<sup>11</sup> Doutorando em História Social das Relações Políticas pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/UFES). Membro do Laboratório de Estudos de Gênero Poder e Violência (LEG-PV/UFES).

# FEMINICIDE AND INVISIBILITY: THE ERASURE OF THE MEMORY OF WOMEN VICTIMIZED IN CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, ES <sup>12</sup>

**ABSTRACT:** This paper presents a preliminary analysis of criminal cases involving the gender-based murders of women, found in the First Criminal Court of the Horta de Araújo Forum in the district of Cachoeiro de Itapemirim, ES. The research aims to elucidate the patriarchal mechanisms within the judicial system that impede the legal proceedings of these cases, intentionally fostering an erasure of the memory of these crimes, thereby contributing to their perpetuation and intensification. The study provides a preliminary analysis of four cases identified during the research to examine how the system (historically ingrained with patriarchal values) acts to commit a secondary femicide against the victim: the erasure of her memory based on gender. Furthermore, the study reflects on the societal implications of this process of oblivion and how it reinforces the invisibility of gender-based violence, perpetuating the impunity of aggressors.

**Keywords:** femicide, invisibility, oblivion, gender, judiciary.

## INTRODUÇÃO

O município de Cachoeiro de Itapemirim-ES registrou entre os anos de 2001 e 2010 o total de 30 casos de homicídios dolosos cujas vítimas são mulheres, o que compõe a média de 3 assassinatos por ano. A maioria dessas mulheres, conforme revelado pela pesquisa e será melhor explicitado mais adiante neste trabalho, foram mortas por seus maridos, ex-maridos, namorados, ex-namorados conviventes ou ex conviventes, o que denota um histórico de violência de gênero presente no ambiente doméstico e na vida íntima e no ambiente doméstico dessas pessoas.

Afim de evidenciar e analisar a interferência histórica do patriarcado nos trâmites judiciais, bem como no trato jurídico das peças que envolvem o assassinato de mulheres como fator dificultador do andamento dos processos no município de Cachoeiro de Itapemirim (sul do estado do Espírito Santo) entre os anos de 2001 a 2010, foi realizada a

---

<sup>12</sup> *This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Finance Code 001.*

coleta de informações contidas no arquivo permanente da Primeira Vara Criminal do Fórum Horta de Araújo da cidade revela a presença histórica das relações de poder/gênero como criadora de impedimentos tanto na evolução dos Inquéritos Policiais à categoria de Processo Criminal, bem como o desenvolvimento lento e/ou inexistente daqueles poucos que chegaram a tal categoria.

Vale ressaltar que os nomes das vítimas e demais envolvidos nos casos que serão arrolados a seguir foram substituídos por nomes fictícios, a fim de preservar a identidade e integridade das pessoas, garantindo a ética da pesquisa. Desse modo, pretende-se estabelecer a relação entre violência de gênero, feminicídio, esquecimento, sistemas de justiça e os perigos de um apagamento total da memória das vítimas e da violência (memoricídio) bem como a responsabilização do Estado ante a manutenção do crime de feminicídio e um extermínio em massa da população feminina (femigenocídio).

## **1. SOBRE AS VÍTIMAS**

O primeiro, caso refere-se a Fernanda, uma vítima de feminicídio por disparos de armas de fogo próximo a sua residência no bairro Coronel Borges (localizado na sede do município) efetuados por um indivíduo encapuzado. Algumas testemunhas afirmaram que a vítima não cuidava bem da filha, uma bebê, chegando em alguns casos a bater, e que a mesma ela não trabalhava, ficando em casa sem fazer os serviços domésticos. Um telefonema do disque denúncia haveria informado a polícia a identidade do possível autor do crime, um homem que disse tê-la assassinado argumentando que ela estava, nas palavras dele, tirado onda com a cara dele. Foram expedidos quatro mandados de busca e apreensão do suspeito após o trajeto do pistoleiro ser refeito, com a possibilidade de invasão se necessário..., e também um mandado de prisão preventiva... Nenhum foi cumprido. Os documentos observados no processo foram atualizados ora de seis em seis meses, ora de um em um ano. Foi arquivado em 2016, 14 anos depois do ocorrido.

Um segundo caso analisado refere-se a Clemilda, uma mulher assassinada pelo companheiro dentro do quarto, a facadas, diante da neta de cinco anos. O acusado teria afirmado que a vítima estava traindo-o com seu patrão. A vítima, dias antes, pediu socorro a filha, pois estava com medo do companheiro. O assassino, em depoimento à polícia, confessou o crime, chegando a descrever como se deu, no entanto, não fora preso em flagrante. O processo se ateve mais às possíveis ameaças de morte do assassino contra outro

homem envolvido na história, do que ao fato consumado. Após o crime, o assassino se mudou para o litoral e virou pescador. Depois se mudou para Belo Horizonte, onde foi preso por outro crime. Então foi transferido para Cachoeiro. Foi transferido em 2016 para Cachoeiro, onde cumpriu quatro anos de prisão, e foi solto em 2020.

O terceiro caso é de Irene, uma mulher preta de 44 anos do lar que foi assassinada a pauladas e pedradas no bairro Caiçara onde morava e seu corpo foi jogado próximo a um valão. O crime ocorreu no dia 13 de julho do ano de 2002. Conforme consta no inquérito policial instaurado, o suspeito seria um homem. A todo momento, o processo se debruça sobre as brigas que a vítima se envolvia junto a outras mulheres em um bailão próximo ao local onde seu corpo foi encontrado sem vida no dia posterior. Pouco se investigou sobre os possíveis autores do crime. O processo de Irene congelou no ano de 2003 e foi apenas retomado no ano de 2011 sob pedidos do MP-ES. Sem efeito. A briga entre a comarca de Cachoeiro e o Ministério Público continuou em 2015, 2016, 2018, e em 2022 foi finalmente arquivado, sem solução.

O último feminicídio a ser analisado aqui refere-se a Lívia, mulher com transtornos mentais assassinada friamente por um homem que, após o ato, aguardou a polícia chegar para ser preso. Segundo o assassino, este cometeu o crime pois a vítima havia dito a sua esposa que ambos havia um caso, no entanto, todas as testemunhas afirmaram que era um hábito corriqueiro da vítima, dado seu quadro clínico psiquiátrico – que a levava inclusive a internação na Clínica Santa Isabel, o último manicômio fechado do Espírito Santo. O processo andou rápido, visto que foi uma prisão rápida e em flagrante, e um ano depois criminoso foi a júri popular e mudara sua versão, alegando crime passionai motivado por forte emoção e em legítima defesa – conforme orientado por sua defesa. O júri acatou a defesa e o assassino cumpriu 4 anos de prisão em regime semiaberto.

## **2. SOBRE A FABRICAÇÃO DE ESQUECIMENTOS.**

Os casos citados anteriormente, de acordo com o contexto do crime em Cachoeiro de Itapemirim-ES e inseridos nos estudos de gênero, poder, violência e o ambientados no cenário jurídico, revelam uma série de produções de esquecimentos motivados, impulsionados e mantidos pelo imaginário patriarcal.

No que tange as teorias acerca do esquecimento, Pollak (1989, p. 78) evoca a ideia de que existem memórias subterrâneas, isto é, memórias da cultura minoritária que questionam a memória oficial e mostra o caráter opressor da memória coletiva, manifestadas por meio da História Oral esta que se opõe a ideia de memória concebida por outras vertentes tidas como “histórias oficiais” – o que foi evidenciado, por exemplo, nos discursos proferidos pelos escrivães. Além disso, também destaca que o silêncio, por exemplo, não é um esquecimento, mas a fabricação de um esquecimento artificial a partir do estabelecimento de ideias de memórias clandestinas, proibidas e subterrâneas – o que foi evidenciado com o descuido no arquivamento dos inquéritos, bem como a ausência de registros no livro de tombo. Assim, o não dito - algo que não dá pra confessar, indizível - passa despercebido pela sociedade.

Bentivoglio (2014, p. 66), apoiando-se em Ricoeur – no que se refere a ideia de um esquecimento provocado por agentes externos-, chama a atenção as resistências históricas sobre o esquecimento, como fabricantes de memórias impedidas, manipuladas e obrigadas, configurando-se para os historiadores tradicionais como verdadeiros assassinos da história. Como exemplo, utiliza-se de algumas tramas judiciais presentes nos tribunais brasileiros e europeus que muitas vezes se utilizam da restrição à imprensa para a fabricação do esquecimento como um direito ético e legal. Além disso, também exemplifica casos de artistas e outras personalidades que se utilizam da justiça como forma de se protegerem quanto a divulgação de informações pessoais em imprensa ou biografias (não autorizadas), que possam criar desconforto.

Tal ideia combina com o que é defendido por Klausing (2017, p. 18) quanto a responsabilização do Estado como agente mantenedor do crime de feminicídio e precursor do imaginário patriarcal pelo descuido e falta de atenção encontrados no andamento e no trato dos processos-crime ligados a violência de gênero. O Estado, para a autora, é responsabilizado por manter os elevados índices de violência de gênero no país, o que é expressado pelas fabricações de esquecimento relacionados ao fenômeno, ocorrendo uma verdadeira banalização e naturalização da violência, e a naturalização e reafirmação do patriarcado como imaginário social majoritário.

### **3. SOBRE A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO, ESQUECIMENTO E REVITIMIZAÇÃO**

No que tange a revitimização na esfera da violência de gênero a não conformação plena de uma rede de atendimento à mulher vítima de violência, aliada ao mau funcionamento do que já se tem implementado, bem como à falta de preparação adequada daqueles que integram tal rede, reforça a violência institucional sofrida pelas mulheres, num processo de revitimização – ou violência secundária –, isolamento social, descrença do sistema de justiça e transtornos psicológicos.(Augusto e Vasconcelos, 2015, p. 89).

A partir disso, Augusto e Vasconcelos também afirmam que violência institucional, que se refere à ação exercida por órgãos e seus agentes, cujo papel deveria ser proporcionar segurança, direcionamento e apoio às vítimas. No entanto, essa violência é perpetrada por profissionais despreparados, resultando em um novo sofrimento para as vítimas ao longo da trajetória crítica do sistema criminal.

Torna-se evidente que uma parcela significativa do sofrimento enfrentado está relacionada ao próprio percurso que as vítimas têm que seguir na rede de atendimento. Esse processo muitas vezes leva ao fenômeno conhecido como revitimização, no qual as vítimas são novamente expostas a constrangimentos e julgamentos morais, paradoxalmente, por parte dos mesmos órgãos que deveriam protegê-las.

Questões de gênero que envolvem, tanto a violência contra a mulher, quanto a forma pela qual o sistema judiciário lida com os casos de feminicídio, são manifestadas de diferentes formas e mantidas pelos discursos e ações que reforçam o patriarcado como sistema operante nas relações de poder entre os sexos.

O caso de Clementina, exposto anteriormente, revelou indícios de um discurso patriarcal impregnado no que tange a aplicação da lei a fim de que as penas impostas ao crime fossem devidamente cumpridas – o que não aconteceu.

Tal comportamento pode ser caracterizado como uma violência de gênero promovida pelo próprio Estado, que repercute os discursos patriarcais de forma mantenedora às relações de dominação do homem para com a mulher, provocando novas formas de violência a mulher já violentada, caracterizado por revitimização. Este fenômeno é detectado nos esquecimentos fabricados sobre os casos de feminicídio, provocando a naturalização e banalização do crime, como algo corriqueiro e cotidiano, sob responsabilização do Estado para a manutenção do patriarcado e do feminicídio.

Há feminicídio quando o Estado não dá garantias para as mulheres e não cria condições de segurança para suas vidas na comunidade, em suas casas, nos espaços de trabalho e de lazer. Mais ainda quando as autoridades não realizam com eficiência suas funções. Por isso o feminicídio é um crime de Estado (LAGARDE, 2004, p. 6).

A responsabilidade do Estado na manutenção do feminicídio é exemplificada no poder judiciário nos silêncios dos arquivos, no não cumprimento de mandados e sentenças, no congelamento e arquivamento de casos sem solução, na desconfiança da vítima – como culpada por ter causado a própria morte –, e nos discursos violentos naturalizados por parte dos responsáveis por encontrar e punir os feminicidas.

Os exemplos expostos anteriormente, são encontrados nos processos que serão arrolados a seguir: o assassinato de Fernanda, uma menor de 17 anos morta por disparos de arma de fogo às margens do Rio Itapemirim no Bairro Coronel Borges, o encontro do cadáver de Irene de 44 anos no bairro Caiçara, e o assassinato frio de Livia, uma jovem aparentemente com algum tipo de deficiência mental, morta com uma facada no coração no distrito de Itaoca, zona rural de Cachoeiro.

A apresentação, bem como a interpretação desses casos podem possibilitar com maior clareza, além dos discursos patriarcais que agem nos bastidores da violência de forma a fomentar, perpetuar e manter em estabilidade o crime do feminicídio, como o judiciário imbuído da lógica patriarcalista acaba por cometer novas violências, reforçando as hierarquias de gênero historicamente existentes.

No que confere ao fator social, Soares também chama a atenção para as origens burguesas do direito brasileiro, cuja tradicionalidade se mantém até os dias atuais, isto é, as classes dominantes acabam por ocupar as magistraturas e os bancos dos juizes, o que acaba por prejudicar o senso de justiça, chegando a não atender a ideia de igualdade jurídica universal prevista no artigo 5º da constituição federal. Desse modo, a presença de uma classe dominante masculina ocupando majoritariamente os cargos magistrados acabam por reproduzir valores e discursos elitistas, tradicionalistas e patriarcais.

A justificativa dada pela delegacia de crimes contra a vida, tanto para o caso de Fernanda quanto no de Irene, foi o fato de que existia um acúmulo de trabalho muito grande, com diligências que sequer competiam a responsabilidade da delegacia, o que aponta uma falha no sistema judiciário, argumentando que tal situação foi motivada pelo fato de que a delegacia especializada atuava em casos que, ao contrário do que ocorre nas demais delegacias da Grande Vitória, não competem ao trabalho da mesma, como afogamentos, acidentes de trânsito, mortes acidentais, e todo outro tipo de morte natural ocorrida fora do ambiente hospitalar.

Isso denota uma total incoerência com relação ao ofício da delegacia de crimes contra a vida, acarretando num previsível acúmulo de inquéritos policiais sem resolução e com o

prazo de tramitação expirado, haja a vista a excessiva demanda de trabalho, que destoava completamente com relação as demais delegacias de todo o estado do Espírito Santo.

No caso de Irene por exemplo, é pertinente o esforço da promotoria do Ministério Público do Estado do Espírito Santo em buscar ressuscitar o caso, procurando novas testemunhas, pedindo o cumprimento de ordens previamente estabelecidas e não executadas pelo judiciário, mesmo que 8 anos depois. No entanto, há de se levar em conta a demora em qualquer tipo de resposta da comarca ou da delegacia de crimes contra a vida, seja ao órgão público, seja à comunidade, ao não executar qualquer exigência por alegar o acúmulo de serviço, pela falha na logística de trabalho e falta de material humano

O não cumprimento das diligências para o cumprimento dos casos de Fernanda e Irene podem ser caracterizados como um femigenocídio do Estado, que sugere uma violência extrema contra mulheres equiparada a um genocídio. Entende-se por femigenocídio um fenômeno que engloba as dimensões individuais referentes ao assassinato de mulheres por razões de gênero, bem como dimensões sistemáticas, enfatizando as formas estruturais desse tipo específico de violência, perpetuadas por instituições, entre elas, o Estado, que acaba por muitas vezes tolerando-a e negligenciando-a.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo deste ensaio foi evidenciar as fabricações de esquecimento motivadas pelo imaginário patriarcal do judiciário, utilizando-se como exemplo os dados extraídos dos inquéritos policiais dos crimes de feminicídio encontrados na Delegacia de Crimes Contra a Vida de Cachoeiro de Itapemirim-ES, utilizando exemplos ligados ao cenário pelo qual a pesquisa foi desenvolvida bem como os discursos patriarcais e de banalização da violência presenciados nos corredores do ambiente de trabalho.

O ambiente precário de arquivamento somado a ausência do registro dos crimes no livro de tombo da delegacia, produz um esquecimento crucial sobre o crime no município, acarretando na manutenção do mesmo. Discursos generalistas, preconceituosos e descuidados, reforçam o imaginário patriarcal e o modus operandi do patriarcado dentro do sistema judiciário, tendo em vista a forma indevida para com o trato do objeto, desde o inquérito policial ao fenômeno do feminicídio como um todo.

A fabricação de esquecimentos bem como a presença de memórias seletivas sobre os mesmos, incumbe também a responsabilidade do Estado nos elevados índices de violência de gênero no país, evidenciados pelos exemplos explicitados nos exemplos da amostragem expostos anteriormente. Todo o desconhecimento sobre os casos de feminicídio na cidade evoca o retrato do trato do sistema judiciário para com a violência de gênero que ocorre no país, proporcionando a banalização da violência e a naturalização da violência de gênero, exemplificados aqui com os casos de feminicídio ocorridos no município de Cachoeiro de Itapemirim – o maior do sul do estado do Espírito Santo.

Ao relacionarmos violência de gênero, patriarcado e seu caráter histórico aos trâmites jurídicos, atrelados a fabricação de esquecimentos e a responsabilização do Estado pelo fenômeno, coloca-se uma lupa sobre a origem de tais problema, propiciando o melhor entendimento sobre as suas origens, o seu funcionamento, bem como a sua manutenção nos dias atuais.

## REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Cristiane Brandão; VASCONCELOS, Maria Eduarda Mantovani. Práticas institucionais: revitimização e lógica familista nos JVDfMs. *Direito em Movimento*. Rio de Janeiro, v. 23, p. 47-100, 2015.

BENTIVOGLIO, Júlio. Os pontos cegos da história: a produção e o direito ao esquecimento no Brasil – breves notas para uma discussão. *Opsis*, v. 14, n. 2, p.378-395, jul./dez. 2014.

ELIAS, Luan Tofano. *Bastidores do Feminicídio: Permanências Históricas do Crime em Cachoeiro de Itapemirim-ES (2001-2010)*. Morrinhos-GO: Editora Práxis, 2024.

FERRARI, Alex Silva. *O patriarcado vai a júri, veredito: Inocente! Violência e feminicídio em Vitória-ES (2002-2015)*. Tese de doutorado em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES, 2011. Disponível em: [efaidnbmnnnibpajpcglclefindmkaj/https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20e%20Teses/Hist%C3%B3ria-UFES/UFES\\_PPGHIS\\_ALEX\\_SILVA\\_FERRARI.pdf](https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20e%20Teses/Hist%C3%B3ria-UFES/UFES_PPGHIS_ALEX_SILVA_FERRARI.pdf)>. Acesso em 12 de fevereiro de 2024.

HIRAKA Vania Naomi; MENEGUEL, Stela Nazareth. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. *Rev Saúde Pública*, v. 45 n.3, p. 564-574, 2011.

KLAUSING, Sônia da Silva Oliveira. *O sistema político moderno: cultura política patriarcal e interseccionalidade nos tribunais*. OAB-RJ, 2017.

LIÉGE, Marilene. Mulheres, situação de pobreza e luta por reconhecimento. *Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em <>.

MATTOS, Patrícia. *O Reconhecimento, entre a justiça e a identidade*. SP: Lua Nova, nº 63, 2004.

MELLO, Adriana Ramos de. *Femicídio: uma análise sócio-jurídica do fenômeno no Brasil*. 2011. 12 páginas Disponível em: . Acesso em: 21 nov. 2019.

LAGARDE, M. *Por la vida y la libertad de las mujeres: fin al femicidio*. El dia, V., fevereiro, 2004. Disponível em: <http://www.cimacnoticias.com.mx/especiales/comision/diavlagarde.htm>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

LIMA, L. L. da G.; NADER, M. B.. Violência contra a mulher: da legitimação à condenação social. In PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M.. *A nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3. 1989.

PRIORE, Mary Del .*História das Mulheres no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ROVAI, Marta Gouveia. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). *Tempo & Argumento*, v. 5, n. 10, p. 108-132, 2013

SEGATO, R. L. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres da Ciudad Juarez. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 13(2): 266-285. Maio-agosto, 2005.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. Violência, encarceramento, (in)justiça: memórias de histórias reais das prisões paulistas. *Revista de Letras*, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 29-47, 2003.

SERAFIM, Fabrícia Pessoa. *Direito e relações de gênero patriarcais*. Jus.com.br. 2009. Disponível em. < <https://jus.com.br/artigos/13000/direito-e-relacoes-de-genero-patriarcais>>.

## FONTES

Processo criminal número 011.02.060258-4. Arquivo permanente do cartório de primeira vara criminal do Fórum Horta de Araújo da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim-ES.

Processo criminal número 011.06.002292-5. Arquivo permanente do cartório de primeira vara criminal do Fórum Horta de Araújo da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim-ES.

Processo criminal número 011.02.066765-2. Arquivo permanente do cartório de primeira vara criminal do Fórum Horta de Araújo da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim-ES.

Processo criminal número 011.05.002241-4. Arquivo permanente do cartório de primeira vara criminal do Fórum Horta de Araújo da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim-ES.